

Vol XXV, Núm 2, jul-dez, 2020, pág. 47-66.

BRASIL, QUE PAÍS É ESSE? O CONTEXTO EM QUE SE INSERIU O CONGADO

Tatiane Pereira de Souza

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar o contexto social e histórico que a congada se inseriu a partir da chegada dos primeiros escravizados africanos. A discussão segue na compreensão das dinâmicas das relações étnicorraciais que foram estabelecidas nesse território, cuja formação envolveu relações tensas e de poder de um grupo social em detrimento dos demais, em especial da opressão forjada pela elite branca de descendência europeia contra a população africana e de seus descendentes negros. Assim, apresentamos uma discussão que visa a desconstrução do imaginário social que reforça não somente a ideia de que a escravidão no Brasil foi branda, mas que também tenta esconder o passado que assenta e estrutura as desigualdades sociais presentes ainda hoje no país. Trazer essa discussão para a cena atual é compreender o quanto as relações entre brancos e não brancos no país são tensas e permeadas pela violência e discriminação históricas, geradas como consequência do racismo que ainda estrutura e permeia por todas as dimensões e instituições presente na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Brasil, Relações Étnicorraciais, Racismo. Negros. Congado.

Abstract

The purpose of this article is to address the social and historical context that the congada was inserted from the arrival of the first African slaves. The discussion follows on the understanding of the dynamics of ethnic-racial relations that were established in that territory, whose formation involved tense and power relations of one social group to the detriment of the others, especially of the oppression forged by the white elite of European descent against the African population and of their black descendants. Thus, we present a discussion aimed at deconstructing the social imaginary that reinforces not only the idea that slavery in Brazil was mild, but also tries to hide the past that underlies and structures the social inequalities that are still present in the country today. Bringing this discussion to the current scene is to understand how tense relations between whites and non-whites in the country are permeated by historical violence and discrimination, generated as a consequence of the racism that still structures and permeates all dimensions and institutions present in Brazilian society.

Keywords: Brazil, Ethnic-racial Relations, Racism. Black. Congado.

Considerações Iniciais

Nossa revolução não será [eu diria, só] televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la. (Januário Garcia, 2006)

O Congado, também conhecido como Reinado e Congada, é uma festa maior, uma celebração e manifestação popular e religiosa de raiz africana presente em várias regiões do Brasil que congrega em seus festejos vários grupos, chamados de cortes, guardas, bandas, batalhões, ranchos ou ternos de Congo/Congada, Moçambique, Marujos/Marinheiros, Catopés/Catupés, Vilão, Caboclos/Caboclinhos e Cavaleiro de São Jorge. Dependendo da região que se localizam, esses grupos, cada um do seu modo e de maneira peculiar e singular com características próprias, além de representarem o “território simbólico e político de nações africanas, celebram a presença dos ancestrais e antepassados em louvar aos Santos Negros Padroeiros, tais como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito,

Santa Efigênia e outras santidades” (SOUZA, 2018, p. 166).

Além de trazer valores e filosofias, modos de ser, pensar e fazer da África no Brasil, o Congado é um importante movimento de resistência da cultura negra no país e foi iniciado pelos primeiros africanos escravizados advindos do antigo Reino do Kôngo, que em diálogo com as demais etnias africanas e indígenas no Brasil, foi incorporando vários elementos dessas culturas, além de ressignificar insígnias do catolicismo popular.



Imagens dos santos padroeiros na Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Berilo-MG em 2010, a festa tem tradição de mais de 200 anos e é protagonizada por negros quilombolas. A imagem está disponível em <http://blogdobanu.blogspot.com/2010/10/berilo-festa-do-rosario-fortalece-fe.html>



Moçambique do Manhoso de Ibiraci-MG conduzindo as Coroas e o Reinado (Rei e Rainha Conga, Rei e Rainha de São Benedito) com seus mantos e insígnias até a porta da igreja em 2014 durante a Festa da Congada organizada pelo Terno de Congada Chapéus de Fitas da Família Ferreira em Olímpia (SOUZA, 2018, p. 265-266) Foto do acervo do referido terno e da Família Ferreira.



Terno de Congada Chapéus de Fitas de Olímpia-SP. Foto do acervo do referido terno¹.

Neste artigo, que é parte da minha dissertação de mestrado, com reflexões da tese de doutorado, não nos atentaremos em significar a compreensão do Congado em si, mas nossa análise se atentará para o contexto que se inseriu e surgiu essa manifestação no Brasil. Pois, como aspecto de resistência e existência das culturas africanas no país, os africanos e sua descendência negra (posteriormente congadeira) encontraram não somente um ambiente desconhecido, mas sobretudo uma estrutura social - totalmente apartada do respeito à vida e a dignidade da pessoa negra - baseada tão somente no racismo, na colonialidade e na visão eurocêntrica de mundo. Essa visão de mundo etnocêntrica e eurocentrada, além de alienar pessoas, do passado até os dias de hoje, as educa por meio do cotidiano e das instituições, ensinando-as a reproduzirem o racismo em suas diversas dimensões, tais como: o racismo científico, institucional, comportamental, recreativo, ambiental, religioso, dentre outros (SOUZA, 2018).

¹ Na foto o 1º Capitão, o Capitão Mirim em formação na época em 2011 e a Capitã Violinista. Acesse a página do grupo em <https://www.facebook.com/ternodecongadachapeusdefitas>

Por conseguinte, no imaginário coletivo de boa parte da população, o Brasil é caracterizado como lugar de um povo feliz, país multicolorido, mestiço, rico em cultura, diversidade, terra, recursos naturais. Local onde todos os povos vivem em harmonia. Essa ideia, não dá conta de responder a formação social, complexa e multicultural do povo brasileiro. Na versão histórica transmitida nos bancos escolares, é comum ensinar e aprender a formação sócio histórica do país ainda do ponto de vista dos chamados descobridores, bandeirantes, aventureiros e navegadores portugueses, isto é, a história transmitida oficialmente é contada, conforme Muniz Sodré aponta, desde “o princípio da dominação e da pretensão de se enunciar uma verdade absoluta que, na prática, implica violência frente ao outro” (SODRÉ, 2006, p.9).

O que é o Brasil? Essa pergunta estaria facilmente respondida de acordo com a história oficial contada do ponto de vista de quem oprimiu, dominou e escravizou. Se o lugar já existia e era habitado por vários povos, como anunciaram que foi descoberto? Como descobriram algo que já era habitado e tinha donos?

Negar a verdadeira história que oprimiu é negar a humanidade dos povos que foram oprimidos. Segundo Dussel (1986), a partir do momento que um ser humano nega a humanidade do outro, ele está negando sua própria humanidade e se tornando coisa ao escravizar, ao desumanizar o outro, ao rejeitar a diferença e afirmá-la na exterioridade da totalidade do sistema vigente, como negativa, inferior, inútil.

A diversidade e a diferença devem ser assumidas como excelência, contribuição e valorização da humanidade numa “verdadeira compreensão (aproximação e aceitação) do diferente concreto” (SODRÉ, 2006, p.5), não como justificativa para oprimir, subjugar, inferiorizar, catequizar, escravizar e desqualificar. Foram por meio de valores depreciativos da diversidade humana “que os primeiros processos ocidentais de globalização procuraram inculcar no resto do mundo em meio às viagens de descobrimento e as guerras de colonização e cristianização” a pretensão de “civilizar” na temporalidade europeia, o não-ocidental (idem, 2006, p.10).

Com essa justificativa, portugueses traficavam africanos escravizados desde 1444, embora o tráfico se torne oficial em meados de 1454, quando o Papa Nicolau V assinou a bula Romanus Pontifex, permitindo a expansão do tráfico transatlântico pela Europa e América (FONSECA, 2007; 2008). No ano de 1500 os portugueses anunciam a invasão (descoberta) das terras brasileiras, por meio da carta do escrivão Pero Vaz de

Caminha integrante da frota de Pedro Álvares Cabral. Nesse documento, os habitantes nativos, que denominaram índios, eram descritos como selvagens, bestas, incivilizados, sem alma e racionalidade, inocentes e passíveis dos cuidados da salvação da santa fé católica. Posteriormente, entre os séculos XV e XVII estudos europeus científicos e religiosos reconheceram a natureza humana dos indígenas, mas passaram a tratá-los como inferiores, devido às suas diferenças culturais, fenotípicas, linguísticas relativamente a dos portugueses e de mundo que aportavam (MUNANGA, 2006).

Por trás do ambíguo discurso da inferioridade, passividade e do acordo da mão-de-obra escravizada dos indígenas, os europeus forjavam ações para justificar a invasão das terras e as atrocidades que cometiam os bandeirantes e os escravizadores. O trabalho escravo foi o instrumento da produção, e acúmulo de riqueza e explorando conhecimentos e tecnologias próprias dos indígenas e mais tarde dos africanos, utilizadas na expansão do domínio colonialista europeu no chamado novo mundo. Certamente,

A resistência dos povos indígenas ao processo de escravização teve duas conseqüências notáveis: sua massiva exterminação e a busca dos africanos que aqui foram deportados para cumprir o que os índios não puderam [ou não quiseram] fazer. Assim, abriu-se caminho ao tráfico negreiro que trouxe ao Brasil milhões de africanos que aqui foram escravizados para fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento da colônia (MUNANGA, 2006, p. 15).

Mais uma vez forjavam-se justificativas à escravidão para que conotassem a superioridade do branco e a inferioridade/exotismo do negro. Ora, para melhor dominar, os escravizadores criaram condições para excluir e negar a humanidade do negro, transformando-os em coisas, mercadorias, instrumentos, máquinas de trabalho, animais, peças de valores monetários, para o acúmulo e status de bens culturais, sociais e econômicos da sociedade colonial. Para os traficantes e escravizadores, chamados de “senhores”, ter vários escravos significava poder, influência e status socioeconômico na preservação da ocupação e da manutenção do território e ideologia de raiz europeia na “conquista e desbravamento” da América.

Com esse pensamento os escravizadores iniciam a exploração do trabalho não remunerado de pessoas africanas escravizadas no período colonial, ou seja, trazidas ao Brasil na condição de escravos.

Por serem juridicamente “coisas”, os homens e mulheres escravizados podiam ser doados, vendidos, trocados, legados nos testamentos de seus senhores e partilhados, como quaisquer outros bens. Na condição de “coisa” eles não podiam possuir e legar bens, constituir poupança, nem testemunhar em processos judiciais. A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma estratégia de dominação que buscava desumanizar os escravizados e que ao mesmo tempo em que os destituía de todos os direitos criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição. (AMARAL, 2011, p.13).

Formulado teoricamente pela ciência e religião e acompanhado dessa coisificação do escravizado e da ideologia dos escravizadores, se dá início ao racismo e à supremacia branca no Brasil, que se afirmam antes, durante, na época e na contemporaneidade da expansão capitalista e universalista do mercantilismo europeu dos séculos XV ao XIX, cujo principal objetivo era “ocupar e produzir nas novas terras descobertas [...]. a exploração dos recursos naturais, principalmente os minérios preciosos, da América e da África por mão-de-obra escrava” (ANJOS, 2005, p. 170). Para justificar essa exploração e a expansão do capitalismo na chamada Modernidade, os europeus escravocratas colocaram em dúvida a humanidade de outros povos baseando-se nas diferenças fenotípicas e culturais dessa diversidade humana. Com isso, forjaram a invasão da África e a invenção do Brasil e da América Latina, subordinaram o indígena e o negro, reatualizaram, reformularam e construíram políticas, teologias e teorias racistas e as inseriram nos bancos escolares, na academia e na sociedade, para assim, preconizar a versão histórica dos fatos do ponto de vista dos opressores, da elite, da classe dominante.

O que se instaurou aqui, na América Latina, bem como no Brasil foi a insensibilidade para se perceber o racismo e sua opressão racista nos diversos espaços, conteúdos e parcelas da sociedade, como afirma Carlos Moore “essa barreira de insensibilidade, incompreensão e rejeição ontológicas do Outro [negro e indígena] encontrou, na América Latina, a sua mais elaborada formulação no mito-ideologia da democracia racial”, que como conceito-mito-ideologia, que abordaremos

posteriormente, contribuiu para a manutenção do status quo das sociedades colonialistas latino-americanas (MOORE, 2007, p.23).

Infelizmente como invenção de um projeto de nação forjado pela ótica eurocêntrica dos colonizadores, o Brasil foi palco dessa exploração e de uma das piores violências e tragédia contra a humanidade (o modelo escravista de sociedade), onde o “tráfico de escravos da África para a América foi, durante três séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus” (idem, 2005, p. 170). Antes das invasões as pessoas africanas não conheciam a escravidão e o holocausto tal como foram configurados. Essas passaram a conhecer a partir dos séculos VIII e IX com o tráfico escravista árabe, e nos séculos XV a XIX com o mercantilismo europeu (NASCIMENTO, 2008). A escravização dos africanos praticada tanto pelos árabes quanto pelos europeus tiveram base na construção histórica e ideológica do racismo, fundamentada na pureza racial, que por meio de várias teorias justificavam a subordinação dos então tornados escravos, conforme sua aparência física e fenótipo (MOORE, 2007). O que se disseminou nessa época além de distinguir os seres humanos a partir da noção de “superioridade” e “inferioridade”, construiu argumentos científicos para alimentar o comércio e o tráfico de escravos. Conforme Munanga:

Foram milhões de homens e mulheres arrancados de suas raízes que morreram nas guerras de captura na própria África, nas longas caminhadas para os litorais de embarque, nas condições de confinamento, falta de comida e higiene nos armazéns humanos construídos nos portos de embarque da carga humana, na travessia, enfim nas condições de trabalho e de vida reservadas a eles nos países de destino que ajudaram a construir e a desenvolver (2006, p. 25).

Assim, a partir do século XVI desembarcam na nova terra em condições desumanas, esses milhares de africanos que foram sequestrados numericamente pelos europeus até 1850, e que serviriam como escravos, semoventes e instrumentos de trabalho nos engenhos de cana de açúcar e no desenvolvimento da produção nos ciclos econômicos posteriores do país. Ao tratar da “dinâmica sóciorracial” instituída nas Américas, Alencastro (2000) afirma que o Brasil manteve profunda e rígida relação com o tráfico de humanos da África:

A partir de 1550, todos os “ciclos” brasileiros – o do açúcar, o do ouro e o do café – derivam do ciclo multissecular de trabalho escravo resultante da pilhagem do continente africano. O tráfico negreiro vai irrigar os desdobramentos regionais e setoriais da economia mineira, permitindo o desenvolvimento simultâneo das diferentes zonas produtivas: a indústria açucareira não só se mantém, como acaba rendendo mais do que a do ouro no século XVIII (p. 353).

Os africanos foram forçadamente introduzidos como instrumentos de trabalho, nesse sistema colonial que garantia o direito de ser gente somente para as pessoas brancas, e aos negros excluía, coisificava, rejeitava e negava o direito de exercer sua identidade, sua cultura e sua humanidade em todas as facetas e dimensões da vida humana em sociedade.

Desde quando os africanos desembarcaram em terras brasileiras, sua humanidade tem sido negada pelos escravizadores, que estrategicamente apartavam essas pessoas, destituindo seus nomes próprios para atribuir outros de origem europeia, transportando-as acorrentadas e amontoadas nos navios negreiros, separando-as de suas famílias, culturas e etnias, para serem vendidas e consumidas como mercadorias, moedas humanas de troca, comércio, valor e status social. Essas pessoas constituíam-se literalmente a “grana preta” de subsistência do sistema sociocultural e econômico vigente na época.

Com a intenção de desumanizar os escravizados e reduzi-los a um estado de nada, de não-ser, o sistema inseriu o processo de negação dos africanos e seus descendentes, demonizando sua cultura, proibindo suas práticas culturais e religiosas, cerceando sua liberdade.

Foram inúmeras as estratégias de negros para burlar essas determinações racistas. Mesmo após a abolição da escravatura, a visão do negro como escravo ainda permaneceu vinculado aos estereótipos e estigmas que o racismo produz e as pessoas o reproduzem. Conforme explica Alencastro, instituíam-se no sistema escravista uma dinâmica da dessocialização e da despersonalização dos africanos:

[...] a dessocialização, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a despersonalização, na qual o cativo é convertido em mercadoria na seqüência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas. Ambos os processos transformam o escravo em fator de produção polivalente, e apresentam-se como uma das constantes dos sistemas escravistas (2000, p. 144).

Na contramão dessa dinâmica de negação da humanidade do Outro (dos africanos e seus descendentes) no mundo escravista brasileiro, os negros reinventaram a sobrevivência para recriar suas culturas e identidades. Nesse sistema no qual foram inseridos, aprendizados e experiências foram se fundando, a partir de significados e dimensões que se constituíam desde a captura em África, passando pelo banzo, pela travessia do oceano atlântico até a labuta do trabalho forçado e escravo em terras brasileiras.

Nesses momentos a resistência negra se manifestava de várias formas, tanto física, como material e principalmente espiritual por meio dos seus ancestrais. Os africanos trazidos para o Brasil foram arrancados de suas terras e identificados pelos escravizadores como negros e escravos. Houve tentativas de destituir as culturas e etnias africanas, mas essas pessoas vitimadas por esse processo, resistiam quando pensavam e atuavam com estratégias, isso gerou aprendizados entre as diferentes etnias que se viram numa mesma condição, na condição de escravizado, e juntas almejaram outra condição, a de liberdade.

Essas situações marcaram a composição da população brasileira e instituíram processos culturais e civilizatórios que Luz denomina como a *dinâmica da civilização africano-brasileira* (2000), como “consciência da luta da afirmação existencial da população negra, em diversos contextos” (p.15), e ainda, a continuidade dessa dinâmica civilizatória negra através de seus valores, identidade, resistências, insurgências, crenças e de “suas formas de comunicação e linguagens próprias” (idem, p.568). Por isso, que mesmo apesar das condições adversas os negros resistiram à morte, a fome, a travessia, a labuta, a animalização. Apesar do grande sofrimento, esses escravizados, fundaram jeitos e formas próprias de interpretar, traduzir, instituir e recriar seus territórios de acordo com suas raízes africanas significadas e ressignificadas em solos brasileiros.

Diante dos fatos ocorridos nesse contexto adverso e hostil em decorrência do progresso colonialista, mercantil e escravagista da Europa, “coube ao povo negro, em

sua diversidade, criar estratégias para reverenciar seus ancestrais, proteger seus valores, manter e recriar vínculos com seu lastro histórico” o continente africano (CAVALLEIRO, 2006, p.14).

Segundo Moore (2010, p.21), da África, o Brasil colonial recebeu a maior parte de sua população. “Calcula-se que até seis milhões de africanos escravizados, [foram] violentamente removidos do continente africano”, e transportados para cá. Apesar das precárias condições de sobrevivência, funda-se a partir daí a dinamicidade da tradição africana e dos processos de resistências, de lutas e mais lutas pela libertação da vida atribuída como escrava e inferior, pelo direito de ser gente das pessoas de ascendência e descendência africana, pelo direito e acesso a escola, saúde, lazer, trabalho, esporte, pelo direito de reverenciar os ancestrais e de promover e manter sua cultura.

Os processos de lutas e resistências nas formas individuais ou coletivas, dos africanos e posteriormente dos negros, contra a cultura dos opressores, são visíveis e comprovadas com a criação dos quilombos, das comunidades, das manifestações culturais (entre outras, jongo, maracatu, congada) e que vai do religioso ao profano, da dança a arte literária, da sabedoria ao conhecimento tecnológico e científico, enfim são muitas as contribuições e patrimônio cultural dos povos africanos e seus descendentes, não só para o Brasil, mas para a humanidade.

Diante da rejeição da sociedade a tudo aquilo que remetesse a África, ao trabalho do africano e que ameaçasse a estrutura escravagista, gerava repulsa, desconforto e perseguições. O que se constatava em jornais, anúncios, denúncias e ações dos movimentos abolicionistas, quilombolas, irmandades e Movimento Negro era que a situação de exclusão que se via refletida na realidade da população negra, era por sua vez, a solidez de uma estrutura assimétrica e desigual da sociedade brasileira, advinda do racismo, constituído principalmente pelos ideários da colonização, da escravidão e coisificação dos africanos e seus descendentes.

O racismo aqui é estrutural e organizativo, por muito tempo foi e continua sendo assegurado institucionalmente, exemplo disso foram às legislações acerca do tráfico negreiro e a escravidão, e ainda, às políticas de branqueamento da população entre os séculos XIX e XX. Política essa “fortalecida pelo estímulo à imigração massiva de europeus” (MOORE, 2010, p.22) para clarear a população que vinha se compondo majoritariamente por pessoas de origem africana, essa medida, corroborou

posteriormente para o mito da democracia racial. Esse mito povoou no imaginário coletivo da população brasileira a falácia ideológica preconizada por Gilberto Freyre (2000) e seus seguidores de que no Brasil não há desigualdades e sim oportunidades de escolha e igualdade entre as pessoas de todas as cores e origens. Esse mito traça ou tenta fortalecer uma noção de Brasil mestiço, sem preconceito, igual para todos, com uma cultura rica e mestiça, tipicamente brasileira.

De acordo com Hasenbalg (1995), “[...] o que o mito racial brasileiro faz é dar sustentação a uma etiqueta e regra implícita de convívio social pela qual se deve evitar falar em racismo, já que essa fala se contrapõe a uma imagem enraizada do Brasil como nação” sem preconceito que se funda no cruzamento harmonioso das três raças. Para o autor, a “[...] harmonia e evitação do conflito racial parecem ser a expressão da ideologia racial no Brasil. Existe um problema ele demanda ação coletiva para ser corrigido. Por outra parte existe o valor ou ideal de convivência harmônica entre os grupos raciais, esse ideal é comum a brancos e não-brancos” que estão inseridos na lógica ideologicamente racista (HASENBALG,1995, p.245). Assim, baseado no pensamento acima, o estudo de Gilberto Freyre (2000) tem uma visão equivocada da sociedade brasileira e das relações étnicorraciais, desconsiderando não somente o ponto de vista dos negros sobre essa realidade, como também as tensões, negociações e conflitos presentes nessas relações.

Nesse período do século XIX ao XX, o poder público e a academia passam a legitimar e a disciplinar as manifestações de origem africana e indígenas, como folclóricas e genuinamente brasileiras, desconsiderando a especificidade de negros e indígenas. Dessa vez, ao invés de perseguir, como fez no passado, o Estado passa a determinar em suas ações e decretos, (CASTRO, 2006) os espaços e as datas comemorativas na quais se pode encaixotar e conformar essas brasilidades culturais.

Concomitantemente, para camuflar essa realidade desigual entre a população branca, negra e mestiça, Gilberto Freyre (2000) passa a justificar o aparecimento do ser “mestiço”, “mulato”, como o ideal e mais adequado para construção da nação brasileira, como o símbolo da harmonia e da cordialidade desenvolvida nas relações étnicorraciais e na cultura do Brasil, no prefácio à primeira edição de Casa Grande e Senzala (1964), esse autor escreve que

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (p. XXXIV)

O discurso oferecido por Gilberto Freyre (2000) embasou as várias explicitações do mito da democracia racial expresso nas sutilezas das argumentações acadêmicas e nas retóricas da diplomacia brasileira. Esse discurso com a ideia de igualdade seduzia os brancos brasileiros isentando-os das responsabilidades acerca das desigualdades raciais e sociais a que negros eram submetidos (HASENBALG,1992). Contrapondo essas ideias disseminadas na sociedade e na academia sobre as relações raciais, resistência e a cultura negra no Brasil, pesquisadores e militantes tais como Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento, Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento entre outros(as), vem desmascarando, denunciando e contrapondo em seus estudos e atuações a ideologia do branqueamento, a democracia racial e a existência do racismo, do preconceito e da discriminação no país, que tanto dificultam uma identidade étnico-racial positiva dos negros, classificando-os negativamente em seu pertencimento étnicorracial. Mas, não somente isso, essas e outras pessoas que lutaram, lutará e lutam por equidade no passado, no presente e no breve futuro, tiveram, terão e tem a consciência de que foram por séculos a tecnologia, o conhecimento e a mão-de-obra africana e escravizada que tornaram possível a constituição da nação brasileira.

Reconhecer essa realidade exige o questionamento das relações étnicorraciais que foram construídas numa hierarquia e desigualdade entre brancos e não brancos, alicerçadas pelo racismo que dissemina por meio das pessoas o preconceito e a discriminação que tende a desqualificar os negros atribuindo-lhes a violência que perpassa pelos estigmas, estereótipos, atitudes depreciativas, pensamentos e posturas de superioridade ao branco e inferioridade ao negro.

Conhecer e reconhecer, a saga, a luta e a resistência contra a opressão, conforme aponta o Parecer 003/2004,

é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação [...] próprias de uma sociedade hierárquica e desigual (BRASIL, 2004, p. 3-4).

Sendo assim, desde quando os africanos chegaram aqui às resistências à opressão foram inúmeras e diversas, desenvolvidas em várias camadas, setores e esferas da vida na sociedade brasileira e nas Américas também.

Após séculos e séculos de lutas, diálogos e tensões protagonizadas na luta antirracista pelo Movimento Negro, temos assegurada pela Constituição Federal de 1988, o dever do Estado e exercício legal de estratégias, mecanismos e ações afirmativas de superação e combate ao racismo e às desigualdades na promoção humana de “todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (SANTOS, 2009, p.7).

Se nós, brasileiros(as), cidadãos(as), somos parte de uma nação multicultural e complexa em suas relações étnicorraciais, se faz necessária conhecer e aprender a história e matriz cultural de cada povo que protagonizou e continua participando da construção desse país multicolorido, diverso e rico em pessoas, culturas e recursos naturais. Estudar a história e cultura dos negros é também estudar a história do Brasil, conhece-la e compreende-la desde a perspectiva daqueles homens e mulheres que ajudaram a construir o país é conhecer uma das várias versões sobre o mesmo acontecimento, mas dessa vez, não somente a partir da visão daqueles que por aqui reinaram a dominação, as opressões e crimes contra a humanidade, mas com a visão e vivência daqueles que através de sua descendência na tensão das relações étnicorraciais, derramaram sangue e suor na construção de uma nação: a brasileira.

Por isso, que como conquista não só do Movimento Negro, mas de todos os brasileiros(as), a alteração na LDB feita pela Lei nº10.639/2003 e regulamentada pelo Parecer CNE/CP 3/2004, que institui a História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos sistemas de ensino brasileiro, vem institucionalizar a importância da educação e do compromisso em não contar uma única história que exclui, esquece e deforma outros

pertencimentos étnicorraciais igualmente importantes. As referidas legislações asseguram o “direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (BRASIL, 2004,p.1). Essas garantias legais acerca da cidadania do negro se fazem necessária por que para muitos, essa população ainda é vista como escrava, na mídia, nos meios de veiculação em massa, nas relações entre pessoas, na escola, no trabalho. No imaginário social coletivamente construído, ainda permanece a figura do negro como escravo, como cativo, desalmado, sem humanidade. Esse tipo de noção reforça a pressuposição da condição do negro numa perspectiva estereotipada, folclorizada, subalterna e inferior em relação a outros grupos étnicorraciais que constituem.

Os negros não são escravos, nem descendentes de escravos, essas pessoas tiveram seus ancestrais escravizados. O negro não foi naturalmente cativo do branco, houve muitas revoltas e resistências políticas, culturais e religiosas contra o sistema escravocrata. A dignidade e humanidade dos africanos e seu modo de ser no mundo foram afirmadas nas lutas e nos processos de libertação. Os quilombos representam essa reação ao sistema e a estratégia política do negro, ao fundar nesses espaços, comunidades bem organizadas, onde todos que ali estavam viviam em liberdade, aos moldes das comunidades que existiam na África. Essa saga pela dignidade humana é representada nas obras de Décio de Freitas (1978, 1982) e Clóvis Moura (1987, 1988, 1981), ambos os autores, registram a realidade opressora e o protagonismo dos africanos e seus descendentes nas lutas, rebeliões e nas organizações contra o escravismo no Brasil.

Como se observa, a seguir num trecho da história cantada nas festas de libertação do Congado, no tempo do cativo o negro denunciava a condição que a ele foi atribuída, na medida em que ele cantava e dançava, desvelava-se nos versos a realidade que o oprimia (MARTINS, 1997, p.161; GOMES & PEREIRA, 2000, p.259):

[...] Mas no tempo do cativoiro
Era branco que mandava
Quando branco ia à missa
Era os nego que levava,oiá

Branco entrava lá pra dentro
Cá fora nego ficava
Nego só ia rezar
Quando chegava na senzala, oiá
E se falasse alguma coisa
De chiquira inda apanhava, oiá[...]

No interior dessa realidade opressora e excludente no qual se viram inseridos os africanos e seus descendentes, esses, desenvolveram e desenvolvem até hoje formas criativas de resistência e manutenção das matrizes e permanências africanas recriadas e cultivadas na cultura do país. Entre as várias formas em que os negros recriaram sua cultura de matriz africana e resistiram contra a opressão, é que se insere o Congado, como uma forma específica e religiosa de recriar uma África memorada, estabelecida e lembrada nos cantos, versos, danças e ladainhas expressas pelas guardas dentro do Reinado dos Reis Negros no Brasil.

Concluindo com as palavras da Capitã Pedrina² sobre o Congado ou Reinados:

Uma festa que começa dentro de um período escravocrata, dentro do Brasil Colônia, atravessa o Brasil Império e chega ao Brasil República, feita pela população oprimida (...). Por pessoas que não têm nenhum, não têm bastante [posses, riquezas]. Então eu percebo que isso tem algo maior, bem maior. Não é o acaso que vem trazendo isso, não é só pelo gosto, não é só pela vontade, há algo maior por trás disso e há realmente. (SANTOS apud SOARES, 2009, p. 34).

² Capitã da Guarda de Moçambique Nossa Senhora das Mercês em Oliveira-MG.



FOTOS: ANTÔNIO SCARPINETTI

Festa do Congado que o Terno de Congada Chapéu de Fitas da cidade de Olímpia/SP realiza no mês de maio desde o ano de 2002. Foto: Acervo do Terno de Congada Chapéu de Fitas.

Referências

ANJOS, Rafael S. A África, a educação brasileira e a geografia. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII, 5ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. SECAD: Centro de Estudos Afro Orientais, Salvador, 2011. Disponível em www.ceao.ufba.br/.../pdf/livro2_HistoriadoNegro-Simples04.08.10.pdf

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. **Parecer CNE/CP 003/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Escolas**. Brasília, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

DUSSEL, Enrique. D. Método Para Uma Filosofia da Libertação. Trad. Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986.

FONSECA, Dagoberto José da. **África – Desconstruindo mitos**. Secretaria de Educação Municipal de São Paulo, CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade: São Paulo, 2008.

_____. In: BOLAMA, Nico António [org]. **Redes de Conhecimentos** - Novos horizontes para a cooperação Brasil e África. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

FREITAS, Décio. **Palmares a guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **O escravismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 3ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Núbia P. M.; PEREIRA, Edimilson A. **Negras raízes mineiras**: Os Arturos. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2000.

HASENBALG, Carlos. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In: **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1992.

_____. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: Maio, M. C.; Santos, R. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2007.

_____. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2ª ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010 (Coleção Repensando África, vol.3).

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. 2.ed. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **A Matriz Africana no Mundo.** Coleção Sankofa, v. 1. São Paulo: Selo Negro Edições / Grupo Editorial Summus, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Maria Paula Menezes. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SOARES, Dalva Maria. **Salve Maria(s): mulheres na tradição do congado em Belo Horizonte, MG.** Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida por um conceito de cultura no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. Diversidade e diferença. In: **Revista Científica de Información y Comunicación. Sección Claves**, Sevilla, nº 3, p. 5 – 15, 2006. <www.ic-journal.org>
Data de acesso: 12/04/2010

SOUZA, Tatiane Pereira de. **Áfricas: Processos Educativos Presentes no Terno de Congada Chapéus de Fitas.** Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.

SOUZA, Tatiane Pereira de. **Permanências Africanas no Congado Brasileiro.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, 2018

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2010.

Recebido: 10/6/2020. Aceito: 30/6/2020.

Sobre autora e contato:

Tatiane Pereira de Souza - Congadeira do Terno de Congada Chapéus de Fitas, Professora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pedagoga formada pela UNIRP, Mestra em Educação pela UFSCar, Doutora em Ciências Sociais pela UNESP, Idealizadora e coordenadora do AKOMA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Africanidades, Culturas, Diversidades & Memórias e Pesquisadora do GT- CLADIN-NUPE-LEAD, ambos, da FCLAr/UNESP Araraquara (CNPq) em que se vincula o AKOMA. Idealizadora e curadora do Afroeducar: projeto de ciência, história e cultura Afro - <https://www.instagram.com/afroeducar/> - E-mail: afroeducar@gmail.com



Matriarca Edna Ferreira e Patriarca José Ferreira do Terno de Congada Chapéu de Fitas de Olímpia/SP. Essa imagem traz a representação dos ensinamentos transmitidos de geração a geração dos mais velhos e experientes para os mais novos na tradição congadeira. O Congado se faz numa leitura dinâmica do presente para o passado e para o futuro.

Fonte: acervo do Terno de Congada Chapéu de Fitas de Olímpia/SP